

# CONTRAPONTO DA HISTÓRIA DO FEMINISMO NO DISCURSO DA SEGURANÇA INTERNACIONAL<sup>1</sup>

*SUELI ALVES<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O artigo se propõe à análise de contrapontos das teorias feministas na história das Relações Internacionais em especial quanto ao viés da Segurança Internacional, vez que as questões do pensar feminino em segurança ainda são negligenciadas e não inclusivas de mulheres em agendas não só de pesquisas, mas, também, em ações políticas efetivas de Segurança. Esse texto se estrutura em breve histórico sobre os principais Debates em Relações Internacionais. Identifica epistemologias da teoria feminista ressaltando que o conceito de segurança internacional vigente tem sido criticado por discursos do feminino quanto ao atendimento às suas inserções efetivas nesse espaço e pelo poder masculino ainda tão dominante quanto à manutenção da paz e resolução de conflitos bélicos no sistema internacional e identifica contrapontos sobre as relações de gênero reproduzidos no âmbito da Segurança Internacional quanto às concepções de poder, política, segurança e paz.

Palavras-chave: Epistemologia. Feminismo. Segurança Internacional.

## INTRODUÇÃO

Historicamente, as Relações Internacionais em sua estrutura e conteúdo têm sido contestadas e modificadas para alcançar as premências de um mundo integrado em agendas multifacetadas onde a complexidade e consequências advindas de seu desenvolvimento podem conduzir a perdas irreparáveis aos Estados comprometendo a segurança internacional. Análises mais abrangentes sobre direitos humanos, sociedade civil, desenvolvimento econômico, políticas internacionais, e, principalmente sobre questões de guerra e suas resoluções quanto ao que se compreende hoje por segurança já não se restringem mais às nações individualmente. A interdependência entre Estados tem se configurado no que se convencionou nominar de processo de globalização. Concepções de poder, política, segurança e paz permeiam as manifestações individuais e coletivas em busca de igualdade e segurança humana, em perspectivas marcadamente de solidariedade e cooperação internacional.

A relevância das causas de gênero enquanto categoria de análise e, mais explicitamente, dos feminismos pelo ponto de vista das mulheres tem sido incorporado às

<sup>1</sup>Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais Contemporâneas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

<sup>2</sup>Sueli Alves é pós-graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal do Paraná – UFPR/UAB e graduada em Administração Pública pela Faculdade Dinâmica das Cataratas – UDC.

Relações Internacionais desde a metade do século passado (Séc. XX), todavia, discussões sobre epistemologias feministas ainda se contradizem e necessitam de respostas sobre relevância e poder da mulher no ecossistema da disciplina. Questiona-se nesse artigo as diversas correntes de pensamento internacionalistas feministas em traços e confluências como também os contrapontos do machismo e do masculinismo no enfrentamento do ser feminino em sua (sobre)vivência em sociedade e em ações políticas e de desenvolvimento quanto à segurança internacional de gênero.

O artigo está estruturado em pesquisa bibliográfica utilizando-se de autoras e autores notadamente expressivos em Relações Internacionais sendo apresentado em ordem de anterioridade, ou seja, Debates em Relações Internacionais, Epistemologias do Feminino, Contrapontos sobre Relações de Gênero e Considerações Finais.

## **OS DEBATES EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Os debates teóricos nas Relações Internacionais (RI) surgem com a evolução do sistema internacional em busca da resolução de conflitos por meio da adoção de normas internacionais comuns, pela necessidade de se buscar a paz no cenário mundial vez que havia uma complexidade crescente das relações entre Estados pós-término da Primeira Guerra Mundial o que permitiu se debater mais amplamente o papel das organizações internacionais.

Desde os primórdios da disciplina de Relações Internacionais buscaram-se mecanismos que permitissem a assunção e segurança da paz e de cooperação entre as nações. Como resultado prático desse movimento surgem os debates teóricos sendo o primeiro deles entre o do idealismo(liberalismo), que se conformou nas ideias de Woodrow Wilson, e o realismo. Logo, um segundo grupo de teóricos contesta o liberalismo por suas propostas “utópicas” e “ingênuas” e apresentam o realismo com vistas à maturidade científica e, para isso, se baseiam em ideias da obra Vinte Anos de crise: 1919-1939, de E. Carr. Tem-se assim, o Primeiro Grande Debate das Relações Internacionais. A ordem internacional vigente estruturava o campo de estudo das RI sendo engendrada somente como consequência da interação entre estados nacionais soberanos e que se manifestava pela anarquia internacional.

O mundo vivenciava grandes conflitos e, as instituições internacionais pouco contribuíam para esses estudos, conforme a escola realista predominante nas Relações Internacionais sugeria em seu debate considerando que só se superariam os conflitos buscando-se o equilíbrio de poder. Fato importante é que o equilíbrio entre os Estados que

possuíam mais poder e recursos determinava a forma como se conduzia a segurança coletiva internacional.

A vertente idealista das Relações Internacionais conduz os Estados – em sua busca por resoluções dos conflitos pós Primeira Guerra Mundial a se instituir regras de conduta e convivência do sistema internacional visto como reação moral às exigências da justiça e do direito. Com o objetivo de um governo mundial cria-se a Liga das Nações, constituída com o objetivo de ser uma instituição supranacional com vistas a recuperar a ordem internacional e fundamentada nos Quatorze Pontos que foram propostos por Woodrow Wilson (então presidente dos Estados Unidos) para garantir a paz e a estabilidade do sistema internacional. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial esse sistema observa a necessidade de ter efetivamente uma organização de caráter amplo capaz de promover a segurança mundial fomentando a cooperação entre as nações – objetivos não alcançados pela Liga. Vez que as perspectivas não foram alcançadas com a Liga, o sistema internacional cria em 1945 a Organização das Nações Unidas (ONU) com a finalidade de superar os conflitos internacionais. Com o fracasso da Liga e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a perspectiva realista predomina nesse momento principalmente pelo aspecto útil de seu enfoque para a política exterior estadunidense – *Realpolitik*. Autores como Morgenthau consideram o estudo do realismo importante para as relações de poder entre Estados, todavia desconsideram as questões relativas à economia e, propõem que se estude o comportamento das nações pelo viés das leis da natureza humana.

Logo após – na década de 1950, surge a revolução behaviorista por representantes de escolas das ciências sociais estadunidenses com foco em se implantar questões metodológicas em Relações Internacionais, autores como James Rosenau, Morton A. Kaplan, entre outros. Houve, também, autores ingleses como Martin Wight e Hedley Bull. Assim, behavioristas (Kaplan) e tradicionalistas (Bull) delineiam o segundo grande debate da disciplina (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

O Segundo Debate se produz entre a corrente tradicionalista e o behaviorismo (comportamental). Este último se caracterizou por abordagem com uso de métodos científicos advindos das ciências sociais divergindo do idealismo e realismo que se utilizavam do arcabouço das ciências direitológicas (NOGUEIRA e MESSARI, 2005). Os behavioristas alinhavam-se com a academia estadunidense, assim como com o realismo pragmático; já os tradicionalistas mantinham visão institucionalista de cunho liberal e, se resguardavam na Escola Inglesa e designavam as divergências internas como sendo originárias de epistemologias e, não fruto de ausência de metodologia.

Um aspecto importante nesse período das relações internacionais está nas correntes de pensamentos marxistas que compõem, então, as três principais linhas de organização das relações em âmbito internacional – liberalismo, realismo e marxismo – conformando-se o debate interparadigmático ou terceiro debate que acontece por volta de 1970 quando as relações internacionais vivenciam grave crise do petróleo, com desvalorização do dólar e o mundo sob a égide da hegemonia estadunidense. Com isso o embate entre a escola neorrealista e a neoliberal retoma as questões substantivas em Relações Internacionais. Nesse momento a discussão se sobrepõe por aspectos ideológicos em contraponto ao método científico do segundo debate com críticas expressivas entre as duas correntes, vez que consideravam que os pressupostos dos paradigmas divergentes se baseavam em falsas premissas.

Na realidade, para alguns teóricos existe outro debate a partir da década de 1980 caracterizado por um lado pela discussão entre neorrealistas e neoliberais e, por outro, o debate metodológico inicial entre racionalistas e relativistas (Nogueira e Messari, 2005). Este é também o momento marcado pelo debate ontológico protagonizado por um movimento de crítica à disciplina de Relações Internacionais, integrado por correntes as mais diversas: desde a Teoria Crítica, com forte influência marxista, aos pós-estruturalistas. É possível se explicar a trajetória das Relações Internacionais e, conseqüentemente, sua evolução por meio da divisão entre as teorias normativas e explicativas, quais sejam que as normativas se atinham aos propósitos sociais e políticos do conhecimento – interesses cognitivos e hipóteses do observador e como se construía o mundo político; já as explicativas procuram a separação de fatos e valores retirando o pesquisador do objeto de sua análise e buscando explicar os fatos sem perda de tempo com críticas, mudanças ou, até mesmo, com um mundo mais confiável.

O feminismo encontra-se inserido no terceiro debate das Relações Internacionais, vez que as novas teorias trazem um teor crítico eivado de reflexões e insatisfações às teorias vigentes de cunho positivista mais especificamente, que silenciam o papel da mulher e não observam as mudanças concretas no âmbito das políticas internacionais. É importante frisar que essas mulheres se apropriam do slogan “o político é internacional” com vistas às denúncias de seu âmbito doméstico eivado da estrutura machista e sexista profundamente excludente de políticas integradoras de gênero.

Importante ressaltar aqui o fato de que as mulheres têm sido ainda, excluídas da teoria das Relações Internacionais, conforme sinaliza Monte (2010, p. 45):

A autora vê como objetivo da teoria feminista desestabilizar e subverter o campo – buscar as vozes feministas e as “formas feministas de conhecer” para ampliar o espaço ontológico da disciplina, objetivo que anima a discussão sobre experiências femininas em conflitos [...].

Para Pereira e Rocha (2014, p. 4):

Uma das principais críticas de tal periodização, ou seja, da classificação da evolução da disciplina pelos “supostos grandes debates”, é se a maneira como se contam os debates faz justiça à complexa natureza das disputas, e se destacando somente os grandes debates não se deixaria de lado outras controvérsias que ocorreram nesses mesmos períodos. Portanto, não haveria um risco de dar coerência a algo que pode não ter realmente existido?

## **EPISTEMOLOGIAS DO FEMININO**

Teoria feminista, escola feminista ou estudos de gênero são denominações comumente atribuídas ao papel da mulher no mundo, mais especificamente quando se referem ao uso do gênero como vinculantes às diferenças entre mulheres e homens construídos por pressupostos sociais.

Segundo Monte (2010, p. 8), normalmente o conceito de gênero tem sido mal compreendido como sendo sinônimo do vocábulo mulher vez que gênero “é, antes de tudo, uma categoria relacional, referente aos pressupostos sociais que constituem, ou constroem, as diferenças entre homens e mulheres”. Avança esclarecendo que gênero é a “significação que se dá às diferenças biológicas entre os corpos humanos – a interpretação por vezes denominada “diferença sexual”. Esclarece, ainda, que isso tem sido a maneira como o mundo se reconhece e não somente a diferença entre um soma (corpo) feminino ou masculino, porém as atribuições de significados dados ao poder.

Nos estudos ontológicos da divisão binária homem / mulher ou masculino / feminino não se trata puramente de somas sexualmente diferenciados. Trata-se da construção do pensamento ocidental que se apresenta hierarquizado em interpretações da realidade de forma binária fortalecendo a oposição social do homem e da mulher.

Ora, é possível se observar que questões de gênero existem para que se possa dar sentido às diferenças anatômicas de sexo – homem/mulher. Assim, isso se estende a tudo o que permeia a vida, não só humana. No entendimento de Bourdieu (2005) apud Monte (2010, p. 9):

[...] A grande manobra do trabalho coletivo de construção do gênero é o “apagamento” dessa criação, sua naturalização pela reversão da causa e efeito. Os indivíduos, tendo passado a se diferenciarem entre homens e

mulheres pela construção de um significado social, são transformados em “naturalmente” diferentes, distintos por expressão intrínseca de suas biologies, e não pelos significados sociais oferecidos a elas. Essa visão é então aplicada para todas as outras coisas da realidade, partindo do corpo.

Quando se discute feminismo em Relações Internacionais é preciso significar historicamente esse movimento, vez que sua história é internacional, isto é, eclode no mundo desde as primeiras décadas do Século XX pelo apoio ao sufrágio feminino sendo um “dos mais marcantes movimentos transnacionais dos tempos modernos” segundo Halliday (1999, p. 171) e é conhecido como a Primeira Onda Feminista. Contudo, as questões feministas não prosperam até ressurgir ações na década de 1960, nos Estados Unidos, com vistas à igualdade de direitos produzida por conta da desilusão de mulheres que se encontravam envolvidas com grupos militantes de esquerda, mas que não se observavam contempladas em suas reivindicações, por não obterem espaço político e, até mesmo, sendo menosprezadas e chamadas de “apolíticas”, conforme desígnio de Hanisch (1970) pelo machismo preponderante na política dentro desses movimentos de esquerda.

Surge a Segunda Onda ampliando, assim, as discussões sobre desigualdades institucionais formais e informais de gênero buscando demonstrar que “o pessoal é político” quanto a questões de sexualidade, direitos reprodutivos e desigualdade dentro do âmbito familiar como resultantes dos “padrões sistemáticos de opressão”, segundo Segran (2014). Criticada por feministas do Terceiro Mundo e por negras, por apresentar pautas que eram relevantes para as mulheres brancas, ocidentais e pertencentes à classe média a Segunda Onda se contradiz por tratar a categoria “mulher” como sendo homogênea e não observar a opressão vivenciada em gênero, número e grau pelas mulheres no cenário mundial e, no dizer de Krolkke e Sorensen (2005) opressão está interligada pelo gênero, classe e etnia. Concretamente a Segunda Onda constitui a politização do cotidiano opressor feminino ao afirmar o direito da mulher em exercer sua liberdade sexual por meio de políticas identitárias específicas.

Em meados da década de 1990 têm-se a Terceira Onda para integrar a pluralidade de vozes de feministas negras e pós-colonialistas utilizando-se, por vezes, do pensamento pós-estruturalista já que divisões binárias masculino/feminino são consideradas construções sociais para manutenção do *status quo* de poder de grupos dominantes. Esse feminismo “contemporâneo” se configura por vertentes variegadas a partir de sua difusão global utilizando-se de contendas políticas pautadas nos direitos humanos das mulheres que reivindicam a ressignificação do conceito de gênero; mais do que movimento social, o feminismo a partir dessa Terceira Onda passa a refletir o ativismo de conscientização, ou seja,

a reconstituição crítica coletiva dos marcos históricos que orientam e delineiam o multiperspectivismo de gênero em ações mobilizadoras no sistema internacional.

Importante salientar que a própria historiografia do feminismo diverge da conceituação por “ondas” devido ao fato de estarem baseadas em situações vivenciadas nos Estados Unidos às quais ignoravam o desenvolvimento da maior parte do planeta, em especial em países menos desenvolvidos (TARRANT, 2006).

O contraponto aqui observado está na influência do pós-estruturalismo da Terceira Onda contribuindo para isolar o feminismo acadêmico do movimento político que Segran (2014) critica e, que não deveria ser vista como dicotomia em que o feminismo ou é acadêmico ou político. Os diversos campos de atuação da mulher são complementares entre si e, qualquer crítica daqueles que atuam mais especificamente em um campo do que em outro – quando escutadas, permitem avanços significativos.

Autoras como Harding (1998) e Miles (1996) pluralizam o termo feminino visando indicar as múltiplas diversidades dentro da temática feminista. Fato é que a Terceira Onda não incorporou todas as feministas da Segunda Onda vez que esta se baseia na noção de que o feminismo deve promover diálogo sob qualquer perspectiva e não manter invisíveis aos que não tem poder (ou o tem menos).

Abordagens feministas demoraram a surgir em Relações Internacionais enquanto em outras disciplinas já existiam. Foi no final dos anos 80 que surgem os primeiros trabalhos de cunho puramente feminista por autoras como Elshtain e Cohn (1987), Enloe (1989) entre outras. A disciplina de Relações Internacionais costuma absorver conceitos e teorias de outras ciências e de acordo com Halliday (1999, pp. 161-162) a mesma tem sido mais conservadora em diversos aspectos o que sinaliza que essa absorção tende a ocorrer com muito tempo de atraso em relação às ciências convencionais e somente quando as perspectivas são críticas ao *mainstream* da disciplina.

Nas Relações Internacionais, conforme Lapid (1989) o movimento pós-positivista aparece em meados dos anos de 1980 em críticas ao positivismo de suas teorias *mainstream*, mesmo quando a versão mais austera do positivismo tenha se diluído com o tempo, esse *mainstream* de RI continua profundamente amalgamado de alguns princípios básicos do positivismo. Um dos principais autores neoliberais de Relações Internacionais – Keohane – se define como sendo neopositivista e que o “sucesso científico não é a obtenção da verdade objetiva, mas o alcance de acordo mais amplo sobre fatos descritivos e relacionamentos causais baseados em métodos transparentes e replicáveis” (KEOHANE, 1998, p. 95).

Identificar a mulher nas abordagens feministas de RI exige se olhar para espaços fora dos considerados importantes pela disciplina, por serem esses espaços predominantemente masculinos. A questão fundamental para análise feminista de segurança nas Relações Internacionais é a de que a política internacional não se produz apenas nos campos de batalha ou em conversas entre chefes de Estado – a chamada alta política (PAIVA, 2014).

Parafraseando o slogan de que “o pessoal é político” criado pela Segunda Onda, feministas das Relações Internacionais afirmam que “o pessoal é internacional” (ENLOE, 1989). Para melhor explicar a maneira como relações aparentemente pessoais são políticas e internacionais, True (2005, p. 214) apud Paiva (2014, p. 18) diz:

A política internacional frequentemente envolve relacionamentos íntimos, identidades pessoais e vidas privadas. Estas políticas informais são menos transparentes do que o conteúdo da política oficial e são tipicamente ignoradas por estudiosos de Relações Internacionais. Tomando a visão de baixo, feministas têm buscado demonstrar que relações de gênero são integrais para as relações internacionais. Esposas de diplomatas amaciam as relações de poder entre estados e estadistas; contratos maritais opacos, mas confiáveis, facilitam a lavagem de dinheiro transnacional e tráfico sexual; ícones globais como o Cosmopolitan conquistam culturas estrangeiras e preparam-nas para a avalanche do capitalismo ocidental; e homens e mulheres se organizam em cozinhas, igrejas e comunidades de parentesco para derrubar regimes autoritários e estabelecer a paz diante de conflito brutal.

Com diferenças marcantes entre teorias feministas nas Relações Internacionais apesar de se ter alguma identidade pós-positivista autoras como Laura Sjoberg e Ann Tickner (2013) denominam essas diferentes abordagens em Feminismo: Crítico, Construtivista, Pós-Estruturalista e Pós-Colonial. Incluem o Feminismo Liberal, todavia como este se utiliza de metodologia positivista são críticas quanto ao seu uso.

O conceito de segurança internacional, ou seja, a resolução de conflitos internacionais e de cooperação mundial sai da esfera das abordagens positivistas, mais especificamente realista e, institucionalista, para discussões mais abrangentes onde o desafio está em enquadrar “novos itens na agenda política global”, conforme Costa (2009, p. 205) sustenta. A segurança busca ampliar seu olhar para além das questões bélicas ou militaristas o que em RI sinaliza uma nova forma de conhecimento científico. Observa-se a necessidade de se considerar a subjetividade da segurança segundo Buzan e Hansen (2012) elevando sua conceituação a mais abstrata e plural do que as abordagens anteriores.

Desse ponto de vista mais amplo e generalista surgem as questões do feminismo já explanadas nesse texto, todavia o que vale ressaltar é a presença do feminino na vertente da segurança internacional.



Quando se aborda estudos feministas na segurança se faz necessário salientar a atuação de duas pesquisadoras-autoras – Ann Tickner e Cynthia Enloe que, segundo Buzan e Hansen (2012, p. 316) se destacaram em análises sobre estereótipos de segurança pelo viés multidimensional e multinível mostrando “visões emancipatórias de segurança” buscando “compreender como a segurança dos indivíduos e dos grupos é comprometida pela violência, tanto física quanto estrutural, em todos os níveis”. Para esses autores, Tickner e Enloe produziam suas análises – geralmente, de baixo para cima e dando muito valor às experiências, demonstrando o quanto a vida das mulheres é fundamental. Ora, é preciso se dizer o quanto o feminismo visibiliza sujeitos marginalizados dentro dos conceitos estadocêntricos de segurança internacional.

Em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta a primeira conferência sobre mulheres - a Declaração sobre a Igualdade das Mulheres e sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Paz – onde paz e mulher se imbricam e, somente vinte e cinco anos depois o Conselho de Segurança aprova a Resolução 1325 (31 de Outubro de 2000) referente à questão da Paz, Mulheres e Segurança objetivando instrumentalizar a política para a proteção aos direitos das mulheres (meninas, adolescentes e adultas) em período de conflitos armados, conforme Fritz (2010, p. 341) explana: “(...) combater a impunidade em crimes de gênero, promover a igualdade de gênero em operações de manutenção de paz e aumentar a participação das mulheres nas atividades de pacificação, antes, durante e depois do conflito armado”.

Fato é que os avanços – significativos – não tem sido suficientes, vez que a complexidade dos direitos das mulheres esbarra nas limitações da ONU que mesmo aprovando resoluções de cunho mundial depende não só dos Estados (soberanos em si), para efetivar essas orientações quanto das organizações nacionais e internacionais que representam os indivíduos e, portanto, reproduzem os diversos papéis sociais.

As dificuldades da Resolução 1325, da ONU se manifestam desde o seu Conselho de Segurança que padronizou as ações de maneira a manter a questão da mulher em patamares aceitáveis, como também, no entendimento de Anderlini (2007) citada por Fritz (2010, p. 349):

Desde a aprovação da resolução, as entidades internacionais (ONU, União Européia, e outros) têm feito muito pouco para promover a participação das mulheres em processos de mediação. Um estudo de 2005 relatou que, de todas as missões de paz em andamento ou recentemente concluídas, até aquele momento, incluindo as missões no Sudão e em Aceh, na Indonésia, somente o caso da Uganda foi mediado por uma mulher, Betty Bigombe. Já em 2007 ela não estava mais envolvida diretamente... As mulheres

continuam ausentes como mediadoras, e até mesmo como representantes das Nações Unidas, na maioria dos países atingidos pela guerra... A resolução 1325 está fazendo progresso... no entanto, as mulheres, principalmente aquelas que vivem em zonas de conflitos, ativistas ou não, raramente podem ver, tocar ou sentir este progresso.

Óbvio está que as estratégias para integração da mulher - no sistema internacional, conduzidas pelas Nações Unidas sequer produzem mudanças institucionais nem mesmo de gênero em suas operações de paz com a estratégia de “Integração de Perspectivas de Gênero”, segundo Willet (2010) citada por Rebelo (2012, p. 40) e transcrita abaixo:

[...] tem sido aplicada dentro de estruturas de poder existentes, que perpetuam a noção de gênero como sinônimo de mulher. Sendo assim, os papéis das mulheres nos processos de paz continuam a ser idealizados – vítimas – e desvalorizados – serviços de apoio. Até o momento, “as mulheres têm sido apenas acomodadas nos espaços altamente masculinizados e militarizados das operações de paz”, sem que mudanças profundas sejam observadas.

Outro aspecto importante é o da construção política dos gêneros, segundo Monte (2010, p. 36):

[...] se origina na valorização superior do masculino e das atividades masculinas e na desigualdade de associação entre identidades, atividades e gêneros. Há uma estrutura de poder embutida nessa diferenciação, responsável pela hierarquização superior dos homens e do masculino nas esferas social e política, tornando identidades e atividades que, nessas esferas, são concebidas como próprias dos homens ou de “características masculinas”, vistas como de maior prestígio frente a identidades e atividades associadas às mulheres ou a características tidas como femininas.

## **CONTRAPONTO SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO**

A expansão e a própria difusão do feminismo apresenta contradições importantes. Uma dessas contradições foi o fato que durante a Segunda Onda houve críticas enfáticas de mulheres negras e de países em desenvolvimento por considerarem que a pauta feminista em discussão provinha de mulheres brancas, ocidentais e de classe média e, que, portanto, tratava a categoria “mulher” como homogênea e ignoravam os sistemas opressores mundiais os quais se baseavam em estigmas de gênero, classe e etnia (PAIVA, 2014).

Outro contraponto vem do Feminismo Crítico que tem suas origens na escola de Frankfurt e no marxismo e que a partir da Teoria Crítica de Robert Cox delinea o mundo como estruturado historicamente por suas ideias, condições materiais e instituições; ou, por suas relações de produção, sociedade-estado e, ordens mundiais pré-definidas. Feministas

críticas costumam se utilizar de manifestações materiais e ideológicas de gênero, em especial entre opressões de gênero e classe o que representa compatibilidade com o feminismo.

Dentro das Relações Internacionais o feminismo construtivista se manifesta pelo viés de que a vida internacional é essencialmente social e que agentes e estruturas são co-constituídos, todavia existem abordagens que se utilizam de ideias vistas como causas de fenômenos internacionais (positivista) e outras se apresentam como pós-positivistas (Wendt, 1999). Na análise de Carpenter (2006) o feminismo construtivista é pós-positivista por analisar o modo como as ideias de gênero se constroem e são construídas pela política global, tomando a forma de análise de discurso.

Conhecimento e poder se constituem na principal inquietação do feminismo pós-estruturalista como também, o modo como se entende a realidade produzida pela linguagem. Fato é que a construção do conhecimento e significados empodera a quem o possui e, para Sjoberg e Tickener (2013, p. 210-211) “(...) feministas apontam para o fato de que geralmente, homens são vistos como os “conhecedores”. O que conta como ciência legítima é baseada, em geral, em conhecimento sobre as vidas de homens na esfera pública; mulheres são marginalizadas tanto como conhecedoras como quanto objetos de conhecimento”. Pode-se afirmar que o foco analítico de feministas pós-estruturalistas se manifesta pela forma como as construções linguísticas como: razão/emoção, público/privado, bom/ruim é utilizado para empoderar o homem em relação à mulher com o fito de se desconstruir dicotomias hierarquizadas.

As relações coloniais de dominação e subordinação surgidas no imperialismo e que ainda foram mantidas depois da independência das colônias tem sido o ponto de estudo das feministas pós-coloniais. Considerados inferiores e menos civilizados os colonizados vêm perpetuadas as relações de dominação e subordinação representadas no conhecimento ocidental, inclusive em muitos feminismos que consideram que as mulheres de países menos desenvolvidos devem ser salvas por feministas ocidentais. Algumas feministas pós-coloniais tem se proposto a corrigir questões de subordinação de gênero por entenderem que há uma interseção com outras relações de dominação e subordinação, quais sejam as de raça, classe e cultura já que ser mulher não é uma categoria homogênea (SJOBORG e TICKNER, 2013).

Fator crítico e contraponto importante quando se trata de análise do feminismo em Relações Internacionais estão os aspetos machistas e patriarcais no cerne da segurança internacional. Haja vista que o conceito tradicional de segurança, ou seja, da soberania territorial, ponto nevrálgico das Relações Internacionais não tem nada de neutro. Segundo

Monte (2010, p. 48) ele se refere “à segurança *por* um grupo e *de* um grupo – porque privilegia determinados valores desse grupo: uma elite de homens, ou masculinista”.

Segundo Coelho (2002, p.116) em seu texto escrito em 1927 onde já usava o termo masculinista:

Ninguém até hoje contestou, por mais masculinista que seja, que as mulheres tenham cumprido, tão bem e melhor que o sexo contrário, os deveres a que são chamadas em assuntos sociais e políticos.

[...]

A crítica argumenta que nem todas as mulheres – principalmente nos países mais atrasados em educação feminina – estão preparadas espiritual e educacionalmente, para empreenderem e cumprirem seus deveres cívicos e políticos. [...] Este argumento, [...], vai de encontro à imprescindível igualdade exigida pela verdadeira democracia. Além disto, ao sexo masculino não se exige tal preparo.

É flagrantemente necessário o equilíbrio legal e político entre os sexos; nas mulheres como nos homens, uns podem, outros não, exercer conscienciosamente este direito.

Nesse texto do início do século passado já se retratava o quanto a mulher vem atuando de maneira sistemática em sua busca por espaço no âmbito político e até mesmo de segurança internacional pautando questionamentos inequívocos quanto a sua capacitação como ser humano atuante no mundo. Quase um século depois, é possível identificar a mesma fala entre as feministas nas Relações Internacionais, quiçá possa a mulher superar esses obstáculos masculinistas e de igual para igual conduzir as políticas internacionais em sua superação de conflitos destrutivos e, empoderar a pacificação e harmonia no sistema internacional.

A questão do masculinismo encontra-se muito bem inserido no âmbito das Relações Internacionais na exposição de Tickner (1992, p. 4-17), citada por Ventura e Kritsch (2016, 2016, p.32) onde:

A política internacional é uma esfera de atividade tão masculinizada que as vozes das mulheres não são consideradas autênticas (...). Os valores e premissas que embasam nosso sistema internacional contemporâneo são intrinsecamente relacionados ao conceito de masculinidade; privilegiar esses valores limitam as opções disponíveis aos Estados e seus *policymakers*. Todo conhecimento é parcial e é parte da experiência vivida no mundo por aquele(a) que produz esse conhecimento. Na medida em que o conhecimento sobre o comportamento dos Estados no sistema internacional depende de hipóteses que surgem a partir das experiências dos homens, ignora uma parte significativa de experiências humanas que têm o potencial de expandir o leque de opções e que podem abrir caminhos para novas maneiras de se pensar sobre as práticas entre Estados.

Atualmente observa-se ações produtivas feministas nas Relações Internacionais mesmo com tantas diferenças entre a escola do feminismo demonstrando se ter projeto

feminista comum voltado para denunciar o viés masculino das abordagens tradicionais e, assim, estabelecer bases teóricas feministas em RI, haja vista as inúmeras publicações como artigos, livros, revistas e pesquisas acadêmicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O argumento teórico nesse artigo se exprime pelas epistemologias do feminino como ferramental capaz de identificar movimentos integradores ou não da mulher, enquanto gênero, na disciplina das Relações Internacionais pelo viés da segurança internacional. E isso só se realiza quando organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas exerce seu papel constitucional de construir e legitimar direitos igualitários a todas e todos, vez ser a signatária legitimada pelos Estados a mediar e resolver conflitos – quaisquer, em nome da paz e equilíbrio mundial. Para tanto, a ONU necessita inserir questões de gênero e feminismo na agenda global da política internacional contemporânea.

A interseção produzida pelas Relações Internacionais e as teorias feministas, segundo Monte (2013) não se esgarçam e nem se distanciam das profundas transformações epistemológicas e até mesmo ontológicas perpassadas pela disciplina desde os primórdios do primeiro movimento feminista, pelas revoluções das correntes pós-pós, haja vista as contribuições ao *mainstream* de pensadoras e autoras feministas. A marginalização e, até mesmo ausência ampla da mulher como decisora em questões da segurança internacional tem sido debatida nos espaços das Relações Internacionais pelos profundos vieses masculinistas.

Além de construir os argumentos femininos embasada na teoria feminina em Relações Internacionais esse artigo visou explicitar alguns dos inúmeros contrapontos históricos das questões de gênero e feminismo quando se tratam das políticas de segurança internacional, planejadas e implantadas para valorar mulheres e homens fazendo-se imprescindível dizer que a identidade de gênero ultrapassa as questões de mulher e homem e, aqui incluo as masculinidades que também se inserem no campo de estudos sobre gênero em construção social sexuada – têm-se os gêneros feminino e masculino. No contexto da segurança internacional os aspetos da masculinidade são associados a posturas de agressividade, dureza, ímpetos sexuais e força representada no poder constituído.

Enfatiza-se, aqui, que esse artigo não se propôs a tecer mais críticas ou desmerecer perspectivas femininas ou masculinas nas Relações Internacionais e, sim, a identificar possíveis contrapontos e divergências epistemológicas entre os diversos atores quando se trata

das questões de gênero, as diferenças práticas em sua condução e, também, suas consequências para o sistema internacional.

Primeira divergência analisada é a posição masculinista/machista/masculina dos componentes – indicada como causa das dificuldades e/ou das questões de gênero e, mais especificadamente, da mulher ter de fato seu protagonismo reconhecido e sustentado nas relações internacionais e, principalmente em segurança internacional vez que sequer exerce papel decisório relevante nos tópicos sobre sua participação no mundo. E cabe perguntar, então, se de fato a mulher faz escolha epistemológica prévia que venha a resgatar gama maior de ações efetivas nas Relações Internacionais em assunção do espaço decisório em questões imprescindíveis à segurança internacional – e isso significa conduzir movimentos e agendas que reduzam as desigualdades entre gêneros, classes, etnias e o que mais houver a ser suplantado.

Segunda divergência está na fragmentação das causas de gênero, isso é, gênero é discutido nas Relações Internacionais pelo viés feminino englobando causas fragmentadas, enquanto o masculino encontra-se unificado exercendo poder, política, segurança e as possibilidades de guerra e paz.

Relações de gênero naturalmente reproduzem desigualdades inclusive nas culturas contemporâneas quando continuam propiciando vantagens coletivas ao indivíduo homem – sexo masculino e, desvantagens ao indivíduo mulher – sexo feminino. Nos estudos sobre homens e masculinidades nas Relações Internacionais as masculinidades são entendidas como sendo ações políticas, conforme Jesus (2014, p. 351) “de luta por recursos escassos, mobilização de poder e busca de táticas em nome de um interesse possível”. Ora, as relações de gênero são constituídas nos interesses dos indivíduos, da família, do trabalho e na vida institucional do Estado e essas relações constituídas não devem representar desigualdades.

A desconstrução de narrativas masculinistas/machistas/masculinas tem sido objetivo mor do feminismo e seus co-gêneros com proposição de se construir perspectivas de mundo igualitárias e aproximativas com vistas a assegurar resoluções de conflitos – quaisquer que sejam – não se colocando como conhecedoras absolutas do que seja o melhor a todos sem considerar que existe um mundo externo a ser descoberto e, quiçá, explicado pelos homens, mas, sim, que o mundo é socialmente construído e que os humanos são de fato a humanidade.

Quando o Estado considera questões de segurança internacional como sendo “central, exclusivo e prioritário” e privilegia sujeitos associados à masculinidade / masculinismo ignorando de fato as construções sociais, políticas e culturais advindas do feminismo desestabilizam a própria relação internacional.

As possibilidades reflexivas no que tange relações de gênero – feminismo / masculinismo –, relações internacionais, segurança internacional historicamente constituem interesses e prioridades políticas e não se esgotam nesse espaço.

## REFERÊNCIAS

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Editora da UNESP, 2012, cap. 7.

COELHO, Mariana. **A Evolução do Feminismo**– Subsídios para a sua história. Zahidé Lupinaci Muzart (Org.). 2ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

COSTA, Juliana A. da; SELIS, Lara M. R.; SOARES, Samuel A.. **De Afrodite à Melíade? O Feminismo nos Estudos de Segurança**. In: MATHIAS, Suzeley K. (Org.). *Sob o signo de Atena: Gênero na diplomacia e nas forças armadas*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 205-228.

FRITZ, Jan Marie. Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais. *Sociologias* [online]. ISSN 1517-4522. Nº 23. São Paulo, 2010, p. 340-353. Disponível em: <<http://www.sociologias.usp.br>>. Acesso em: 03.mar.2017.

HANISCH, C. ***The Personal Is Political***. *Note from the Second Year: Women's Liberation*. Nova Iorque: 1970, p. 76-80.

HALLIDAY, E. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

HARDING, S. ***Is Science Multicultural? Postcolonialisms, Feminisms and Epistemologies***. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

JESUS, Diego S. Vieira de. **Mundo Macho**: homens, masculinidades e relações internacionais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v. 109, p. 309-364, jul./dez. 2014.

KEOHANE, Robert O. ***International Institutions: can interdependence work?*** *Foreign Policy*, v. 110, 1998, p. 82-96.

KROLOKKE, C.; SORENSEN, S. ***Gender Communication Theories and Analyses***. In: *Silence to Performance*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

LAPID, Y. ***The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era***. *International Studies Quarterly*. Londres, v. 33, 1989, p. 235-254.

MILES, A. R. ***Integrative Feminisms: Building Global Visions, 1960s-1990s***. Nova Iorque: Routledge, 1996.

MONTE, Izadora Xavier do. **Gênero e Relações Internacionais** Uma Crítica ao Discurso Tradicional de Segurança. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais.** Estudos Feministas, n. 21, ed. 1. Florianópolis, 2013.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PAIVA, Isadora Campregher. **A Escola Feminista nas Relações Internacionais: Bases Teórico-Metodológicas.** Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/biblioteca/dissertações>>. Acesso em: 23.abril.2018.

PEREIRA, Demetrius C.; ROCHA, Rafael A. **Debates Teóricos em Relações Internacionais: ORIGEM, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVA DO “EMBATE” NEO-NEO.** Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD.Dourados,v. 3, n. 6, jul./dez. 2014.

REBELO, T. R. **Lentes de gênero para as missões de paz:** desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SJOBERG, L.; TICKNER, Ann. *Feminism. In: International Relations Theories.* DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (Eds.). Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 205-222.

TARRANT, S. *When Sex Became Gender.* Nova Iorque: Routledge, 2006.

VENTURA, Raissa Wihby; KRITSCH, Raquel. **Relações Internacionais, Teorias Feministas e Produção de Conhecimento:** Um balanço das Contribuições Recentes. Monções, Revista de Relações Internacionais da UFGD. Dourados, v.6, n.11, jan./jun., 2016.